



Anais da Assembléia

Nº 141

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO

3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI

4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

Ato da Presidência:**DECRETO LEGISLATIVO N° 010/95**

DATA: 23 de outubro de 1995

SÚMULA: Autoriza o Governador do Estado a ausentar-se do país.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1° - Fica autorizado o Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do país, no período de 23 a 26 do corrente mês, com destino a Lima-Peru, a fim de participar como palestrista do evento "Creatividad Municipal", promovido pela Universidade Peruana de Ciências Aplicadas.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.10.95

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1995**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (49).

Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Carlos Simões, Durval Amaral, Emerson Nerone, Irineu Colombo e José Marcos Alves. (05)

Verificada a existência de número le-

gal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:**Ofícios:****O F Í C I O S**

Sob o n° 1196/95, do Senhor Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "Problemas funcionais de servidores do Quadro da Secretaria da Segurança Pública, Oitava Subdivisão Policial de Paranavaí". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 1247/95, do Senhor Fernando Ribas Carli, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "Implantação de Ensino do 2° Grau na Escola Estadual de Tiradentes, Município de Umuarama". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° 1525/95, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, que pede esclarecimentos sobre "Comarcas do Estado que estão sem Delegado de Polícia de Carreira". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO

Curitiba, 23.10.95

Senhor Presidente.

O Deputado Carlos Simões, vem respeitosamente através deste, à presença de V. Exa., para requerer se digne abonar as faltas às sessões ordinárias dos seguintes dias 23, 24, 25 e 26 do corrente mês, tendo em vista estar viajando para tratar de assuntos de interesse do nosso Estado.

Termos em que peço deferimento,
Sala das Sessões, em 23.10.95

(a) CARLOS SIMÕES

OFÍCIO

Curitiba, 23.10.95

Senhor Presidente.

Através do presente documento, estou justificando ausência do Deputado Estadual Irineu Mario Colombo, nos dias 23, 24, 25 e 26 do corrente, devido a uma cirurgia bucal a realizar-se na cidade de Cascavel/PR, e posteriormente apresentaremos o comprovante médico.

Aproveito a oportunidade para externar protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 23.10.95

(a) ÂNGELO VANHONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.10.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 377/95 do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre a criação de centrais de notificação e transplantes de órgãos e tecidos e dá outras providências para que seja encaminhado à Comissão de Saúde Pública deste Poder.

Sala das Sessões, em 23.10.95

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 3133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja retirado da Ordem do Dia o Projeto n° 376/95 do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre as doações de órgãos e tecidos passíveis de serem transplantados quando de sua morte e outros atos inerentes aos transplantes de qualquer natureza, para que seja encaminhado à Comissão de Saúde Pública.

Sala das Sessões, em 23.10.95

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 3137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, com fundamento no Art. 129, § 1°, inciso II, do Regimento Interno

dessa Casa de Leis, após ouvido o douto Plenário, a designação de uma Comissão Especial composta por Deputados dos Partidos que compõem as Bancadas desta Assembléia, para juntos conseguirem o levantamento de verbas, doações de bens materiais e recursos para atendimento aos flagelados da região atingida pela chuva de granizo e forte ventania que a atingiu. Devendo, ainda, a referida Comissão se utilizar dos meios de comunicação, tanto na imprensa escrita e falada, para solicitar a colaboração necessária para o atendimento.

Sala das Sessões, em 23.10.95

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima Exa., é em virtude de estarmos sabendo por fonte fidedigna que o atendimento até agora prestado, não atendeu nem 50% (cinquenta por cento) das propriedades atingidas. E que, várias casas de comércio no ramo, numa falta de espírito cristão, estão aproveitando a oportunidade para aumentar os preços do material necessário para recuperação das propriedades atingidas. Razão pela qual, somente as pessoas com recursos econômicos conseguiram recuperar suas casas, silos, paióis e outras, sendo que os carentes ainda encontram-se ao relento, juntamente com seus filhos.

Isto posto, na qualidade de representante da população paranaense, e na obrigação que temos de atendê-los, é que solicitamos urgência na tramitação, com base no inciso XII, do dispositivo legal anteriormente citado.

REQUERIMENTO N° 3116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhora Zélia de Matos Porfírio.

Pessoa ligada a comunidade de Ponta Grossa, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma.

Requer, ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua General Osório, 94, Centro - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3118

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Tercília Corrente e Mariano João Szymanski, que completou 50 anos de feliz união conjugal, comemorando

desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão importante e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3119

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Carlos e Arlete Festa Xavier, que completou 30 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Pérola, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão importante e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3120

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Irene e César Kogut, que completou 48 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Safira, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do

tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão importante e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente, REQUER, que seja enviado ao Município de Marilena, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário.

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Instituição Religiosa Perfeita Liberdade "PL", Igreja Curitiba, na pessoa do Mestre Cláudio Tsuda, extensivo a todos os adeptos que participaram da campanha de arrecadação de alimentos para instituições beneficentes da Capital.

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Com milhares de adeptos seguidores de seus preceitos religiosos no Brasil, a Instituição Religiosa Perfeita Liberdade, mais conhecida como PL, de origem japonesa, busca a Paz Mundial como seu maior objetivo, alicerçado com ensinamentos de amor e valorização do próximo. Atenta às injustiças sociais no Brasil e à má distribuição à Instituições que cuidam de crianças e idosos carentes ou excepcionais. A igreja de Curitiba, comandada pelo Mestre Cláudio Tsuda, fez sua campanha durante setembro e outubro, conseguindo arrecadar entre seus adeptos 2 (duas) toneladas de alimentos, distribuídos para 4 (quatro) entidades beneficentes da Capital. Por esse trabalho meritório, nossas congratulações.

REQUERIMENTO N° 3130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações para a Igreja de Londrina, da Instituição Religiosa Perfeita Liberdade - PL, na pessoa do Mestre

Tatsu Tanabe, extensivo a todos os adeptos que participaram da campanha de arrecadação de alimentos para distribuição à entidades beneficentes de Londrina.

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Há mais de trinta anos no Brasil e há pelo menos vinte em Londrina, no Norte do Paraná, a Instituição Religiosa Perfeita Liberdade, mais conhecida como PL, busca difundir uma filosofia de vida baseada no amor e valorização ao próximo, base do que espera alcançar a nível mundial, a concretização da paz entre os homens e as Nações. Consciente dos problemas enfrentados por uma grande população carente, os peelistas costumam realizar campanhas para arrecadar agasalhos e alimentos, anualmente, em todas as suas Igrejas no Brasil. Em Londrina, liderados pelo Mestre Tatsu Tanabe, os peelistas arrecadaram centenas de quilos de alimentos e distribuíram para entidades beneficentes que cuidam de idosos e crianças. Um exemplo que merece ser seguido, de desprendimento, que recebe o aplauso e as congratulações dos Deputados Estaduais do Paraná.

REQUERIMENTO N° 3134

Senhor Presidente.

Em solenidade realizada nesta Capital no último dia 18, o embaixador da Argentina no Brasil, Alieto Guadagni, condecorou com uma das mais altas honrarias, a "Ordem de Maio", o Governador Jaime Lerner, o Prefeito de Curitiba, Rafael Greca de Macedo e o jornalista Odone Fortes Martins.

O Governador recebeu a condecoração, no grau de Gran-Cruz, por ter levado o nome de Curitiba para o mundo, o Prefeito, com o grau de Grande Oficial, por sua determinação em promover o espírito de cooperação entre as cidades latino-americanas e, o diretor-presidente do Jornal Indústria & Comércio, pelo apoio à concretização do MERCOSUL.

Sem dúvida, a homenagem prestada a tão ilustres paranaenses tem um grande significado, pois imprime um sentido de apoio, cooperação e união em torno das relações do MERCOSUL.

Assim, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, requer à douta Mesa da Assembleia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de "Votos de Louvor e Congratulações" ao Governo argentino, através de sua embaixada no Brasil, e às personalidades homenageadas. Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Embaixador da Argentina no Brasil, Alieto Guadagni, ao Senhor Governador Jaime Lerner, ao Senhor Prefeito de Curi-

tiba, Rafael Greca de Macedo e ao Dr. Odone Fortes, diretor-presidente do Jornal Indústria & Comércio.

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3135

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações ao CITPAR - Centro de Integração de Tecnologia do Paraná, pelo transcurso, no último dia 19, pelos 10 anos de sua fundação.

O CITPAR, que é presidido pelo jornalista Francisco da Cunha Pereira, e, como disse o mesmo: "o veículo que facilitou a diversificação de nossa economia, reforçando o setor produtivo de transformação e permitindo uma base econômica mais sólida, fundamentada no tripé agricultura-serviços-indústria".

Pelos 10 anos de atividade e pelo que tem realizado o CITPAR, merece as congratulações desta Casa.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma se dê conhecimento ao jornalista Francisco da Cunha Pereira, Presidente do CITPAR e demais membros de sua diretoria.

Sala das Sessões em 23.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Fernando Henrique Cardoso, Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil, solicitando os estudos necessários com vistas a que seja viabilizada a venda das casas do Conjunto Habitacional Vila "A" de Itaipu, situado em Foz do Iguaçu, aos empregados e ex-empregados da Itaipu Binacional e empreiteiras responsáveis pela construção da Hidrelétrica de Itaipu, que atualmente as vêem utilizando para sua residência e de seus familiares.

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) SÂMS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Há cerca de 18 anos, para a construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional, foram edificadas aproximadamente duas mil casas em Foz do Iguaçu, visando abrigar os empregados da empresa e de empreiteiras responsáveis pelo empreendimento, cujo conjunto habitacional é denominado Vila "A" de Itaipu.

Após a conclusão da obra, muitos em-

pregados permaneceram nas residências e ainda as ocupam com seus familiares, totalizando atualmente perto de 7.000 pessoas.

Embora muitas dessas famílias residam no local em média 18 anos, onde passaram parte da sua vida, viram seus filhos crescerem e cultivaram um convívio social e cultural próprio, formando uma comunidade forte, podem a qualquer momento ser despejados, de vez que delas se utilizam apenas por concessão da empresa proprietária.

Como os atuais ocupantes têm manifestado interesse em adquiri-las, e com o objetivo de impedir sérias consequências advindas de possível medida administrativa ou judicial, a qual poderá ser tomada a qualquer momento pela empresa para desocupação dos imóveis, bem como evitar graves problemas de ordem social e habitacional ao Município de Foz do Iguaçu, que não teria condições de abrigá-los, entendemos ser necessário e urgente a realização de estudos por parte do Governo Federal, no sentido de tornar possível que essas residências possam ser vendidas aos empregados e ex-empregados da Itaipu Binaconal que nelas residem.

REQUERIMENTO N° 3117

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores de Colombo, os quais pedem a instalação de um telefone público na Rua Abel Scussiato, 3171, Atuba, em frente a Merceria Veneza.

Segundo os moradores, não existe telefone nas proximidades, e esse benefício seria de grande importância para todos.

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Doutor Armando Raggio, solicitando uma ambulância para atendimento ao Posto de Saúde de Santa Cecília do Pavão.

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Santa Cecília do Pavão enviou a este Deputado, ofício datado de 30 de junho de 1995, solicitando a nossa intervenção junto ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, a fim de providenciar uma ambulância para aquele município, tendo em vista o sucateamento do veículo hoje existente e a necessidade da po-

pulação carente.

REQUERIMENTO N° 3128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando a aceleração de Convênio junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, visando a isenção de taxa do exame Psicotécnico e da expedição da Carteira Nacional de Habilitação, aos Policiais Militares que exerçam a função de motorista na corporação.

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Os integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná vem passando por graves privações financeiras, vitimados pelo arrocho salarial a que foram submetidos nos governos passados.

Em alguns municípios, como é o caso de São José dos Pinhais, o Conselho Municipal de Segurança está arrecadando alimentos e distribuindo cestas básicas aos policiais militares, numa tentativa de melhoria nos seus rendimentos.

A crise é tão drástica, que alguns policiais não têm dinheiro sequer para a retirada de documentos de que necessitam em seu trabalho, como é o caso da Carteira Nacional de Habilitação, razão pela qual estamos solicitando à Secretaria da Segurança Pública e a Polícia Militar do Estado, providências no sentido de que seja firmado convênio com o Departamento Estadual de Trânsito, visando à isenção dessas taxas aos policiais que prestam serviços de motorista na corporação.

REQUERIMENTO N° 3136

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia, o encaminhamento de apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para que determine o atendimento emergencial às 38 mil vítimas da tragédia provocada pela tempestade de granizo e ventos fortes que, no último dia 20, atingiu parte do Paraná.

O fenômeno atmosférico, atingiu 16 municípios paranaenses, sendo que no mais castigado, duas mil casas foram destruídas, oito mil pessoas ficaram ao relento e oitenta feridas.

A situação é de calamidade pública e exige a atenção e apoio das autoridades federais, razão pela qual pede-se o atendimento emergencial do Chefe da Nação.

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) ANTONIO BELINATI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 425/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Pastoral da Criança de Ibema, com sede e foro no Município de Ibema-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Pastoral da Criança de Ibema é uma entidade civil, de direito privado, de caráter beneficente, de assistência social, religiosa e nutricional sem fins lucrativos, prestando assistência e orientação aos menos favorecidos, que na infância, quer na juventude, que necessitam de orientação e encaminhamento na vida, também às famílias que necessitam de habilitação para a subsistência e à sociedade, para melhor se conduzir, de progresso para a obtenção de meios melhores e mais eficientes de ajuda a seus membros.

A documentação que instrui o presente plano de lei, atende aos requisitos da lei regulamentadora da matéria, motivo que nos leva a solicitar o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 426/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro no Município de Colombo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Colombo, é uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Município de Colombo.

A APAE de Colombo tem por finalidade manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional, promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares, como colônia de

férias, clubes, jardinagem, etc, estimular o trabalho do excepcional por meio de exposições, de cooperativas, de oficinas protegidas e de medidas que forem julgadas necessárias; entre outras.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa, para que apoiem esta proposição de elevado valor social.

PROJETO DE LEI Nº 427/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica assegurado às servidoras públicas estaduais, o direito de dispensa, durante a jornada de trabalho, a dois descansos de meia hora e cada período, matutino e vespertino, para amamentar seu filho.

Parágrafo Único - O direito de dispensa começa a vigor após a licença de gestação, 4 (quatro) meses, e conseqüente retorno ao trabalho, terminando quando a criança completar seis meses de idade; podendo, ainda, ser prorrogado por ordem médica expressa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A Consolidação das Leis do Trabalho, em seu artigo 396, garante à mulher o direito de amamentar seu filho durante a jornada de trabalho, a dois descansos de meia hora cada um, até que o mesmo complete seis meses de idade.

As servidoras, enquanto sujeitas ao regime CLT, encontravam-se amparadas pela Lei para o exercício de tal direito.

Ao passarem ao regime estatutário, insculpido na Lei nº 6174/70, as servidoras ficam destituídas de uma legislação especial garantindo o direito de amamentação do próprio filho. Não há nada nos estatutos ou qualquer lei complementar dispondo sobre o assunto.

Entretanto, pensamos que esse fato não ilide o direito da servidora em amamentar o filho durante a jornada de trabalho.

A Constituição Federal, em seu artigo 6º, declara que "são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

O artigo 227 da Constituição da República, por sua vez, declara que "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à profissio-

nalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

O Estatuto da Criança e do Adolescente, disposto através da Lei nº 8069 de 13.07.90, traz em seu bojo todos os preceitos de proteção integral à criança e ao adolescente. É através dele que foram conferidos à criança os direitos a proteção à vida e à saúde, não apenas em relação às obrigações dos pais e responsáveis mas, sobretudo, quanto ao papel do Estado e do Poder Público.

O Poder Público tem o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, etc. (art. 4º do Estatuto).

Consideramos que, inobstante o vazio da lei estatutária, o direito da servidora em amamentar seu filho durante o horário de trabalho está assegurado por regras gerais insertas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo em vista, ainda, que em sendo a lei omissa, por analogia e pelos costumes poder-se-á estender às mães o direito anteriormente assegurado pela legislação celebrada.

É deplorável que à servidora seja vedado o direito natural de amamentar seu filho durante o expediente.

Neste sentido cabe ao Poder Legislativo tratar desse assunto para garantir esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As televisões que transmitiram os noticiários do que ocorreu na manhã em nossa Capital e as rádios, relatam que, nesta cidade, aqui, hoje, se encontra o Senador da República Eduardo Suplicy.

E segundo as informações que recebemos, ele veio a esta Casa para falar sobre o projeto que o Deputado Eduardo Trevisan apresentou, aqui, o Programa de Renda Mínima. E verifiquei que o Senador Suplicy, embora é um Deputado do PT, foi recebido aí com muita festa, com banda pelo Prefeito de Curitiba- Rafael Greca, e passou a manhã, Deputado Trentini, visitando os pontos turísticos da capital curitibana.

Ora, claro que visitar a nossa cidade é muito interessante. Mas tenho certeza, absoluta, que o Senador Suplicy não foi levado a conhecer os problemas graves que tem a nossa capital. Certamente não foi

ele visitar uma das mais graves ocupações que nós temos em Curitiba, que é a Ferrovia. E é sobre a Ferrovia que venho falar aqui, hoje. Porque nós estamos, os moradores da Ferrovia estão lançando um movimento - Curitiba Solidária. Porque não é possível que novamente a Prefeitura de Curitiba - numa atitude arrogante do seu Prefeito, Rafael Greca, queira iniciar, novamente, aquele processo que julgávamos, nós, interrompido na audiência do seu Cássio Taniguchi, e da vice Governadora Emilia Belinati da ação dos despejos.

Querem, agora, Deputado Alborghetti, despejar cem famílias de uma imensa área.

Ora, meus Senhores, querem despejar cem famílias de uma imensa área! Ora, meus Senhores, não é possível que nós que lutamos, que fazemos manifestações, que vamos ao Palácio, que recebemos da vice-Governadora do Paraná, que nós possamos aceitar pacificamente que agora, por despejo, por obra e graça do Prefeito Rafael Greca, se proceda o despejo de cem famílias num total de duas mil que querem despejar da Ferrovia.

Por isso que, inicia-se a partir de hoje, um grande movimento de resistência desses moradores, das lideranças comunitárias que compõem este conjunto de forças que estão ocupando a Ferrovia. Porque não é possível que nós possamos, mais uma vez, assistir a essa tentativa da expulsão desses moradores. Que não querem mais do que comprar o lote onde moram.

O Vereador Samek está me comunicando que o Senador Suplicy foi visitar a Ferrovia e eu fico feliz. Pois saibam os Senhores que a Prefeitura de Curitiba se recusa a negociar em termos que possam garantir aquelas famílias a permanência no local onde vivem.

E os moradores eles querem comprar, querem pagar os imóveis, as cooperativas dos moradores propõem o seguinte: vamos comprar uma área equivalente àquela área da Ferrovia, e dar em pagamento para manter os atuais moradores.

Por quê? Porque daí sim o argumento que a prefeitura usa, que ela quer desenvolver um programa habitacional ali, ela pode fazer nesta área que os moradores querem comprar ou seja, ninguém está ali para querer na verdade passar para atrás a COHAB de Curitiba.

Queria dizer o seguinte que o que nós queremos, querem as lideranças é negociar uma solução que garanta aos moradores a propriedade que eles já têm há mais de três anos das casas que construíram com sacrifício, com suor, com luta e quero pedir aqui especialmente a atuação dos Deputados Ricardo Chab, Carlos Simões e Luiz Carlos Alborghetti, que são comunicadores e que têm grande capacidade de articulação

e colocar, Deputado Alborghetti para a população curitibana, o que está ocorrendo porque nós vamos assistir aqui mulheres grávidas, crianças, velhos, sendo expulsos porque eles fazem hoje o verdadeiro terrorismo psicológico nas famílias, oficiais de justiça, armados com revólveres correndo casa a casa da Ferroviária e dando prazo de 24 horas para a família desocupar o imóvel.

Por isso peço aqui, que aquela audiência que tivemos no Palácio Iguaçu com a Vice Governadoria e com o Cassio Taniguchi seja ela para valer, porque senão, não vale nada mais, vai ser jogada na lata do lixo a palavra das autoridades públicas que se comprometeram a encontrar uma solução que garantisse a permanência das famílias nas áreas ocupadas.

Por isso, Senhor Presidente, faço esse apelo aqui a todos os Senhores Deputados, especialmente é claro, aos Deputados de Curitiba e da Região Metropolitana que têm um grande compromisso com os problemas que aqui nós temos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Walmor Trentini.

O SR. WALMOR TRENTINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo a tribuna para fazer um registro muito especial de um acontecimento registrado na nossa querida Paranavaí, no dia 21 próximo passado, o primeiro Seminário Regional do nosso PDT.

Estivemos lá com a presença da nossa vice-Governadora Emília Belinati, sempre presente atuante, participativa e sincera nesses encontros, abrilhantou e abonou ali a filiação de dezenas de lideranças da nossa Região Noroeste do Paraná.

Quero fazer aqui um agradecimento especial a presença do nosso querido colega Deputado Edno Guimarães, ex-Prefeito da Cidade de Cianorte que projetou como pólo regional de confecções e como Deputado representa muito bem Cianorte e região aqui nesta Casa.

Também registro e agradeço a presença do Deputado Nelson Tureck, sempre vibrante e simpático, levando aquele discurso inflamado, também a nossa gente do Noroeste do Paraná.

Registro ainda e agradeço a presença do Presidente Regional do PDT, Doutor José Francisco Pereira, do Severino Nunes da Silva, também assessor e Secretário do PDT, lá em Paranavaí na presença destas autoridades e de mais de 500 lideranças regionais e locais, tivemos a satisfação de filiar ao nosso Partido, o PDT, seis novos prefeitos da região noroeste do Paraná. Vieram 3 do PMDB e 3 do PP, além de

12 vereadores e lideranças de toda a nossa região noroeste.

O ponto alto deste ato de filiação significou o posicionamento desses prefeitos. Disseram eles que faziam essa filiação sem pressão e sem aliciamento, como algumas vezes já aconteceu no nosso Estado do Paraná. Foram filiações espontâneas em função e pelo reconhecimento de um grande programa de governo que esperam ver implantado no Paraná, pelas mãos do nosso Governador Jaime Lerner, ainda pela não discriminação do Governo a quem fez oposição na campanha passada, porque os prefeitos da minha região têm sido recebidos, atendidos e recursos liberados sem nenhuma discriminação.

Registro ainda, que este nosso encontro que teve a repercussão a nível de região, significa o engrandecimento e o fortalecimento do nosso PDT, um partido do Governador e da vice-Governadora e a garantia de vitória nas eleições municipais de 96, porque o nosso partido se transforma, a partir desses instantes, no maior partido do Estado do Paraná. Registro ainda e agradeço a presença do Dr. Nilton Friedrich, Presidente do Instituto Alberto Pascoalini e ainda, do nosso querido Ricardo Maia, pedetista de primeira hora e diretor da CLASPAR. Esse registro que faço nesta Casa, na presença do nosso líder do PDT, significa que o fortalecimento do PDT deve ser pelas bases, como está acontecendo em todo o Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros, imprensa, Senhores visitantes. O que nos traz a esta tribuna nesta tarde é um fato bastante trágico que aconteceu no norte e oeste do Paraná e, na condição de um morador que já passou por uma dessas cidades que foram atingidas por aquele forte temporal de granizo que tivemos na semana que passou, queremos propor nesta Casa, Senhor Presidente, que se nomeie uma comissão especial de Deputados para acompanhar, passo a passo diariamente, a situação em que se encontram as cidades atingidas. E a palavra correta nesse momento é mobilização. Na verdade, estivemos conversando hoje com a Cidade de Campina da Lagoa que o Deputado Romanelli conhece e que fez votos lá também, e naquela cidade, dos 8 mil desabrigados, 5 mil casas destelhadas, até este presente momento nem 30% da população ainda foi atendida pela defesa civil. Acho que se ficarmos esperando relatórios que vão demorar a acontecer, vamos correr o risco de colocar aquelas famílias à mercê

de um tempo ruim que pode vir pela frente. Por isso gostaria de propor à Mesa, para que o Senhor Presidente nomeasse uma comissão especial. Estou entrando com um requerimento e que essa comissão inicie uma imediata campanha de solidariedade no Paraná, os Deputados, cada um na sua região que não foi atingida, para que cada cidade se levante como se levantou hoje, a capital cívica do Paraná, a cidade de Ponta Grossa. O Deputado Luiz Carlos Zuk acompanhava hoje o nosso programa de rádio, onde começamos às 08 horas da manhã, a fazer uma convocação à cidade de Ponta Grossa, para que ajudasse principalmente as cidades mais atingidas naquela região e para, não surpresa nossa, porque conhecemos a garra, a solidariedade e o respeito do cidadão pontagrossense, conseguimos, em apenas uma hora de programa hoje, pela manhã, arrecadar mais de 800 telhas eternit que serão levadas àquelas famílias. Inclusive companheiros nossos de Ponta Grossa oferecendo caminhões, formando verdadeiros mutirões nos bairros da cidade com pessoas pobres, às vezes, doando 03 reais para comprar uma telha para aqueles irmãos lá abandonados e, muitas vezes, à mercê do tempo.

Então gostaria que esta Assembléia determinasse uma comissão, uma comissão que vai ter o trabalho principal de provar que há solidariedade neste Paraná. Que o Deputado Chab, que o Deputado Alborghetti, que o Deputado Luiz Carlos Martins, que os companheiros comunicadores da capital iniciem através de seus prefixos, de suas rádios uma grande campanha. Tenho certeza que em menos de 48 horas haveremos de atender principalmente as cidades mais atingidas. Caso de Campina da Lagoa, Mambore, Cascavel.

Gostaria, então, que os demais Deputados nos apoiassem nessa proposição. São várias cidades ao longo do Vale do Piquiri e ali, nas proximidades de Cascavel, que estão desabrigadas e precisando da nossa ajuda. Nós poderíamos formar esta Comissão Especial que teria a atribuição de buscar ajuda com a sua influência, buscar o patrocínio dos empresários das suas cidades que não estão atingidas. E, principalmente, aqui em Curitiba, formarmos um comitê do Parlamento, um comitê de apoio àquelas pessoas. Porque temos que lembrar que nem só de votos nós vivemos. E em período de eleição todos os Deputados recebem voto nessas cidades. Acho importante, agora, que possamos retribuir essas cidades, independente de termos votos ou não, para que essas cidades sejam reconstruídas imediatamente.

Precisamos, agora, de imediato, para estas cidades: telhas e pregos é o que elas mais precisam. Se cada um dos Srs.

Deputados fizer a sua parte, tenho certeza que em menos de 48 horas nós vamos levantar lá, pelo menos 50 mil telhas e vamos levar para aquelas cidades que estão esquecidas e precisando de ajuda.

Sr. Presidente, se cada cidade do Paraná, se cada cidade aqui representada por um Deputado, conseguir arrecadar mil telhas de eternit, chegaremos em menos de 48 horas em 50 mil telhas. Enquanto que lá, agora pela manhã, falava com a cidade de Campina da Lagoa e nem 30% ainda da população recebeu nada. O Prefeito está apavornado, decretou estado de calamidade pública e vejo falar que depende de relatório. Vamos parar de conversa, vamos agir e o Parlamento do Paraná, nós, Deputados, temos agora a obrigação de começarmos essa campanha já.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Me concede um aparte? (Assentimento).

Primeiramente queria cumprimentar o ilustre Deputado Jocelito Canto, não só da campanha dessa oportunidade mas de outras campanhas que vossa pessoa realizou ou realiza e acredito que continuará realizando na cidade de Ponta Grossa e na Região dos Campos Gerais. Hoje essa campanha transcende os Campos Gerais, ela faz com que o Paraná, parte do Paraná, seja ela atendida como nós, irmãos, em termos de Brasil, socorremos o nosso vizinho Estado de Santa Catarina nas cheias que aconteceram. De antemão quero dizer que esta Casa e a Comissão Executiva, estará consigo nesta campanha e todos os Senhores Parlamentares, é com satisfação que também anuncio aqui, nesta hora e neste dia, que estará no comando do Governo do Estado do Paraná - esta semana - a nossa querida vice-Governadora Emilia Belinati, que com seu espírito cristão, com a sua benevolência de alma que possui acima de tudo na assistência aos menos favorecidos, irá fazer com que o Cel. Vieira, que é o responsável pelo chamamento da comunidade civil deste Paraná, irá trilhar ainda mais o caminho já identificado pelo Governador Jaime Lerner.

Tenho a certeza, Sr. Deputado que com a governadora em exercício, que assume o Governo do Estado terá a sua pessoa e essa comissão a total colaboração para que o objetivo seja alcançado.

Nada mais nos resta do que cumprimentar S.Exa. e desejar de que a Mesa Executiva o respalde nessa iniciativa, que é uma iniciativa de todos nós paranaenses que gostamos do nosso Paraná e resguardamos as nossas famílias.

Parabéns Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO - Obrigado Deputado Luiz C. Zuk.

Gostaria também de pedir, principalmente à imprensa do Paraná que nos ajude nessa campanha, porque vocês vejam a importância que a imprensa tem. A imprensa que gera os fatos, que faz a polícia do dia-a-dia do Paraná, mas que também deve sempre, quando houve solidariedade se positar ao lado daquelas pessoas que mais precisam.

Então nesse momento, Sr. Presidente, gostaria de contar com a estrutura desta Casa, que esta presidência determinasse a mínima infra-estrutura necessária para que essa comissão possa trabalhar ou seja, o nosso gabinete está à disposição para que possamos começar a trabalhar já na busca dessas telhas que estão faltando, na busca desse material essencial para levantar esta cidade.

Sabe-se também que a cidade de Mamborê foi uma das cidades mais atingidas, sendo que a população daquela cidade, a grande maioria da população de Mamborê está sofrendo, está lá na expectativa de receber uma ajuda, só que devido as circunstâncias que estamos, inclusive com algumas pessoas abusando, alguns comerciantes irresponsavelmente subindo os preços, têm dificultado até o trabalho naquela região, por isso, pedimos o apoio de todos, todos aqueles que respeitam o interior do Paraná devem se somar nesta campanha, não é só somar dando apoio, precisamos é que todos os Senhores Deputados nos ajudem, porque hoje a região atingida é a região Norte e região Oeste do Paraná, mas amanhã pode ser a região Sul, Sudoeste, tomara que nunca aconteça com ninguém, mas tenho a certeza de que é hora de todos desse parlamento se unirem, trabalharem lá na sua cidade, lá na sua região, procurando angariar recursos.

Deputado Edno que pode nos ajudar em Cianorte, com a sua emissora também buscando apoio. Deputado Algaci Túlio, aqui na Capital do Estado, Sâmis lá em Foz do Iguaçu, nosso companheiro Garcia também, a presença do Élio Rusch em Rondon também tenho certeza que o pessoal vai nos ajudar e assim por diante, todo mundo colaborando acho que conseguiremos fazer uma campanha rápida. Tem que ser uma coisa rápida, porque a população está precisando, não podemos demorar, temos que agir, principalmente mobilizando, coisa que fizemos hoje em Ponta Grossa é o exemplo de que o povo é solidário, só falta a mobilização e a mobilização vem através dos meios de comunicação social, através do radialista, do jornalista, através do apresentador de programa no rádio e na televisão, precisamos da mobilização. Com a mobilização se atinge a intenção de fazer o social, de transformar a ajuda para as pessoas.

Está lançado o desafio e espero que os

Senhores Deputados nos ajudem, não só dizendo parabéns, vamos juntar, vamos falar com os empresários, vamos começar uma campanha e mostrar para esse Paraná que os Deputados Estaduais não estão distantes, estão participando.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - V.Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Quero lhe parabenizar pela sua iniciativa e fazer um movimento para ajudar aqueles que tiveram problemas nesses dias atrás, com essa chuva de pedra que caiu no Oeste, Sudoeste do Paraná e dizer que começou na manhã de hoje, na nossa cidade de Ponta Grossa, na nossa região dos Campos Gerais, trabalhar em prol deles e quero me somar a você e dizer que vamos trabalhar, vamos nos mobilizar para ajudar esses irmãos do Sudoeste e Oeste do Estado do Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO - Gostaria de lançar um desafio, Senhor Presidente, se o Senhor me permitir. Gostaria que esse desafio fosse feito a todos os Deputados aqui não como ofensa a ninguém, mas como desafio para cumprirmos. Somos 54 Deputados eleitos no Paraná. Não precisa pagar, basta arrumar um patrocínio com algum empresário, com alguma pessoa do meio, que cada Deputado nesse parlamento, que tem assento nesta Casa, arrumasse mil telhas para mandarmos para essa região. Tenho certeza que não sairá do bolso de ninguém, e se todo mundo se mobilizar, como mobilizamos lá em Ponta Grossa, vamos conseguir isso em menos de 48 horas. Fica o desafio, Senhor Presidente, para que cada Deputado ajude as necessidades desse povo que está em sofrimento e em calamidade pública. Fica o desafio. Farei questão de em 48 horas voltar a esta tribuna e dizer aqui quais foram os Deputados que nos procuraram e nos ofereceram, pelo menos, a metade do desafio que estou fazendo. Consultaria a Mesa, se a Mesa é favorável a esse requerimento nosso que visa a criação de uma comissão especial que irá até o local e que vai levantar os dados e vai trabalhar para que neste momento, aqui nesta Casa tenha o levante dessas telhas para que se possa levar até a região oeste.

Era isso e faço essa consulta a Mesa.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Para registrar a presença do Ministro e atual Deputado Federal, Affonso Camargo Neto, do Deputado Ricardo Barros que participam de uma reunião da Bancada Estadual do nosso Partido, o PFL, e logo após, uma reunião com os Deputados do Paraná e Deputados Federais.

Da mesma forma, gostaríamos de registrar a presença do ex-Prefeito de Mal.

Cândido Rondon, do Presidente da Câmara, Miguel Fernandes e do vereador de Santa Helena, Celso, o nosso conhecido "Nico".

O SR. BETO RICHA (**Pela Ordem**) - Gostaria de registrar a presença do Senhor João Alberto, de Londrina. Ele foi um preso político, uma pessoa das mais torturadas na época do regime militar, da repressão, enfim, na época da ditadura e quero aproveitar, em seu nome, homenagear todas as pessoas que sofreram todos os tipos de torturas imagináveis na época da ditadura militar. Ele ficou 3 anos detido nesse período.

Faço a homenagem e gostaria que ficasse registrado nos Anais dessa Casa a sua presença e a homenagem que presto a eles.

Gostaria de dizer que encontra-se em cartaz, o filme "Os onze de Curitiba", que trata desse período de repressão, do cineasta Valêncio Xavier, sobre as pessoas que foram detidas no ano de 1978, pela polícia federal, dentre os quais Edson Passos - existe um relato dessas pessoas - Lígia Mendonça, Walmor Marcelino, Léo Kessel entre outros, e até digo que foi o João Inec, que conheci no ano passado, que me comoveu bastante em saber de todas essas histórias e me aprofundei mais no assunto, e apresentei um projeto de lei nessa Casa, que visa o pagamento por parte do governo do Estado do Paraná, de indenização a esses presos políticos da época da ditadura militar, que ficaram com comprometimento físico ou psicológico e conto com a colaboração dos Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Está com a palavra, o Senhor Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Jocelito Canto já trouxe, com muita sabedoria, um relato da forte tempestade, da forte chuva de granizo que causou vítimas fatais e até mesmo, prejuízos, além de desabrigar 38 mil pessoas no Paraná. Em Londrina, na hora em que a chuva estava muito forte, os raios caindo, uma mocinha de 19 anos, saindo do Shopping, naturalmente apavorada vendo tanto raio e aquele tempo feio, se apavorou no volante do carro, acabou batendo o seu Fiat e aos 19 anos acabou perdendo a vida, assustada com o tempo feio que fazia. Tivemos outras mortes na região oeste do Paraná, casas destelhadas, feridos, pessoas que não têm nenhuma possibilidade de reconstruir aquilo que perderam em razão dessa que foi, e pelo relato que está na imprensa da Defesa Civil, a maior tempestade da história do Paraná.

Senhor Presidente pelo relato que está na imprensa, na Defesa Civil da maior tempestade do Estado do Paraná. Senhor Presidente, vejo prefeitos do Paraná angustiados, apavorados porque as prefeituras já estão praticamente quebradas e insolúveis em dificuldades para pagar até sua folha de pessoal. E, de repente, há município aí - segundo a imprensa, houve 80% de destruição. Isso significa que o prefeito, em hipótese alguma, terá possibilidade com recursos da prefeitura de poder reconstruir a sua cidade e o seu município. O Coronel Vieira da Defesa Civil está se desdobrando. Vi no final de semana que o Coronel Vieira chegou a passar a noite acordado, mantendo entendimentos, mandando socorros para essas pessoas que foram vítimas desse problema. E vejo o próprio Governador Jaime Lerner também determinando todas as providências para atender os desabrigados.

Mas quero, Senhor Presidente e Senhores Deputados, fazer um apelo. Porque quando há um problema da ordem como houve agora no Paraná, uma forte tempestade, essa responsabilidade não é apenas do prefeito, não é apenas do governo do Estado. É uma responsabilidade de todos. Tenho idade para me recordar quando houve o incêndio que começou a queimar o Paraná e o mundo inteiro numa época em que a televisão não estava aprimorada porque não havia satélite, mesmo assim esse incêndio teve repercussão mundial. E vários países mandaram socorros para o Paraná. O Papa, também sensibilizado, com o estrago que o fogo estava provocando ao Paraná, mobilizou recursos da Santa Sé e enviou para as vítimas do incêndio aqui no Paraná.

Foi uma cena rotineira a chegada de aviões, de navios trazendo remédios, trazendo alimentos, trazendo agasalhos para aquele pessoal que sofreu o efeito daquele incêndio no Paraná. Por esta razão, o nosso apelo, hoje, é através de um requerimento que vamos submeter à apreciação do Plenário pedindo ao Presidente da República, um apelo que será dirigido ao Palácio do Planalto à Presidência da República, para que envie também, a sua parte. Porque até agora, Senhor Presidente, não vi uma vírgula de solidariedade do Presidente da República ou de quem responde pela Presidência da República. Não vi a solidariedade do Governo Federal. O Governo está ausente, como tem ficado ausente, também, no atendimento às reivindicações do nosso Paraná. Se em tempo normal, o Governo não atende as reivindicações que a eles são dirigidas pelos mais diversos setores do Paraná, o nosso desejo e a nossa vontade, Senhores Deputados é que pelo menos nesta hora em que ocorreram mortes, ocorreram feridos, milhares de pessoas que não têm

aonde dormir ou estão dormindo em paredes cobertas por lonas plásticas, que o governo federal não fique insensível, não seja desumano e respeitando essa tragédia que se abateu sobre o Paraná, o governo federal se associe, se una aos prefeitos, aos vereadores, ao governo do Estado a esta AL para reconstruir o nosso Paraná, especialmente de Jandaia até Cascavel, onde a destruição foi muito grande.

Apelo aos Senhores Deputados que aprovem o nosso requerimento, para que o governo federal não venha ao Paraná apenas para festejar, apenas para alguns banquetes, mas que venha também compartilhar da dor de 38 mil paranaenses que estão sofrendo.

O Sr. Jocelito Canto - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Só gostaria de mais uma vez reiterar e cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, mas enquanto o governo federal não vem à nós, vamos mobilizar o nosso Estado.

Gostaria de lembrar aqui a presença dos vereadores de Santa Helena, que estavam aqui, que em 1.979 se abateu sobre a cidade hoje de Itaipulândia algo parecido, matou seis pessoas e arreventou todo aquele povoado e nós apenas em um dia de programa de rádio, com toda a região de Mal. Cândido Rondon, nós conseguimos levantar cinco caminhões de mercadorias para aquela cidade para recompor a cidade.

Tenho certeza que se nós nos mobilizarmos, com a ajuda dos empresários e com essa comissão, que eu tenho certeza que o nobre Presidente vai determinar a instalação dessa comissão, nós vamos em 48 horas mostrar a força que os Deputados do Paraná têm.

O SR. ANTONIO BELINATI - Muito obrigado, Deputado Jocelito Canto.

Era esse, Senhor Presidente, Senhores Deputados o nosso pronunciamento. O apelo aos empresários, a quem pode ajudar que o Governo do Estado faça a sua parte, que os prefeitos façam a sua parte dentro de suas dificuldades, mas que o governo central em Brasília não esteja ausente e envie com urgência socorro porque o Paraná pede socorro para 38 mil flagelados.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

(Todas declinam).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pe-

lo Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando abono às suas faltas, nas Sessões Plenárias dos dias 23 a 26 do corrente mês, em função de viagem, para tratar de assuntos do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, justificando a ausência do Sr. Deputado Irineu Colombo, nos dias 23 a 26 do corrente mês, em virtude de cirurgia bucal no Município de Cascavel. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 048/95, que autoriza a realização de plebiscito para criação do município de Pirapó, desmembrado do município de Apucarana, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 048/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, formado com áreas dos Distritos de Pirapó e São Pedro, com os seguintes limites e confrontações:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

1. Com o Município de Sabáudia

Inicia na foz do Ribeirão dos Dourados no Rio Pirapó, sobe por este até a foz do Ribeirão Lajeado.

2. Com o Município de Arapongas

Inicia na foz do Ribeirão Lajeado no Rio Pirapó, sobe por este até encontrar a divisa entre os lotes 167-A e 167-E da gleba Pirapó.

3. Com o Município de Apucarana

Inicia no encontro do Rio Pirapó com a divisa entre os lotes 167-A e 167-E da Gleba Pirapó, segue por esta divisa na direção geral Leste até encontrar a linha de divisa entre os lotes 167-E e 166, deste

ponto segue na direção geral Sudoeste pela divisa dos lotes 167-E, 167-B, 167-C, 167-D, 168, 168-B, 168-C, 168-A, 168-E com os lotes 166, 165-E, 165-C, 167-F, 165-B, 165-A, 165-D, 165, 164-A, até encontrar a divisa entre os lotes 168-E e 168-F, segue por esta divisa na direção geral Oeste até encontrar a divisa entre os lotes 180 e 168-C, deste ponto segue na direção geral Sudeste pela divisa entre os lotes 180, 179-A, 179-B, 172-A, com os lotes 168-C, 168-D, 169, 171, 170, 172, até encontrar a divisa entre os lotes 160-E e 160-D, deste ponto segue na direção geral Sudeste pela divisa entre os lotes 160-E, 156, 157-B, 139, 218 com os lotes 160-D, 156-A, 157-D e 219, todos da Gleba Pirapó até encontrar a divisa entre os lotes 217 e 214, segue por esta divisa na direção geral Nordeste até encontrar a divisa entre o lote 212 com os lotes 213 e 208, segue por esta divisa na direção geral Sudoeste até encontrar a divisa do lote 209 com os lotes 135-C e 135-B, segue por esta divisa na direção geral Sudoeste até encontrar a divisa entre os lotes 135-B e 135-E segue por esta divisa na direção geral Sudoeste até encontrar a divisa entre os lotes 135-E e 135-D com os lotes 132-A e 133-A, segue por esta divisa na direção geral Sudoeste até encontrar a divisa entre os lotes 133-A e 131-A, todos da Gleba Pirapó, segue por esta divisa na direção geral Sudeste até encontrar a Estrada Municipal que dá acesso à BR-376, segue por esta na direção geral Sudoeste até a BR-376, segue por esta na direção geral Oeste até encontrar a PR-170, segue por esta na direção geral Sul até a cabeceira do Córrego Itacoatiara, desce por este até a sua foz no Ribeirão Cambira.

4. Com o Município de Cambira

Inicia na foz do Córrego Itacoatiara no Ribeirão Cambira, sobe por este até a foz do Água Maratá, sobe por esta até encontrar a Estrada Benjoim, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar o Ribeirão dos Dourados.

5. Com o Município de Mandaguari

Inicia no encontro da Estrada Benjoim com o Rio dos Dourados, desce por este até sua foz no Rio Pirapó, ponto inicial e final.

PERÍMETRO URBANO

Principia na BR-369 com a Trav. Mambuca, por esta até a linha férrea, por esta até a Trav. Siriema, por esta até a Av. André Hernandez, por esta até a Rua Fioravante Fernandes Grauna, por esta divisando o lote 174 e 219, até a Rua José Pedro da Silva ou Itaguassu, por esta até a Rua Verador Osvaldo Zatoní ou Marata, por esta até a divisa do Cemitério Atual contornando e incluindo o Cemitério até a Rua Erwin

Schindler, por esta até a Rua José Pedro da Silva ou Itaguassu, por esta até o seu final, incluindo o campo de esportes na divisa do lote 185 e 184, por esta divisa até a Rua Cesar Benetti por esta até a Av. Andre Hernandez, por esta a divisa do lote 227-A e 182, por esta divisa até a Av. Cezário Festi ou Ubatuba, deste ponto em linha reta e seca até a BR-369 e por esta até o ponto inicial e final.

Art. 2º - O plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana será realizado separadamente para as áreas dos distritos de Pirapó e São Pedro. Não aprovado por qualquer um dos distritos o mesmo não será incorporado ao novo município.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.10.95

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública o Clube Princesa dos Campos, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/95, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a "Federação das Associações de Pais de Mestres de Curitiba - FEPAMEC", com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre as doações, em vida, de órgãos e tecidos passíveis de serem transplantados quando de sua morte e outros atos inerentes aos transplantes de qualquer natureza. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ.no D.A. nº 124, de 27.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 376/95

PARECER :

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o projeto de lei que dispõe sobre as doações, em vida, de órgãos e tecidos passíveis de serem transplantados quando de sua morte e outros atos inerentes aos transplantes de qualquer natureza.

Da análise do referido projeto, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 18.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 376/95. Retirado pelo autor.

Em discussão o projeto.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O Projeto de Lei 376/95 que está em discussão, mais o próximo 377, eu entrei com um requerimento à Mesa solicitando que os mesmos fossem encaminhados e analisados pela Comissão de Saúde desta Casa.

Em conversa com o Deputado Algaci Túlio nós tivemos um entendimento, no qual esse Deputado entrará em contato hoje com a Secretaria de Saúde, para ver algumas questões mais, as quais o Deputado Algaci já sabe e nós retiramos esse requerimento e somente solicitamos à Mesa Executiva da Assembléia que em outras oportunidades tais projetos leis, com tais caráter passem pela Comissão de Saúde ou pelas comissões necessárias sem antes vir ao plenário de votação, sei que essa é a concordância de V.Exa. e de todos os demais Deputados que esse Projeto analisado após ter os devidos pareceres.

Então nesse sentido, após esse entendimento, retiro os dois requerimentos e solicito de Vossa Excelência a orientação para que os devidos setores desta Casa, ouçam as comissões pertinentes aos casos dos projetos em tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há requerimento do Deputado Rosinha.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, nós já conversamos com o Deputado Rosinha. Evidentemente Projeto será aprovado em 1ª Discussão e se necessário for, amanhã, num entendimento com o Deputado Rosinha, se poderá apresentar alguma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A primeira discussão versa sobre a inconstitucionalidade. O projeto será encaminhado à Comissão de Saúde.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.** O Projeto irá à Comissão de Saúde.

A Mesa comunica a presença do Senador Suplicy, que está no Plenário desta Casa, está ao meu lado.

A Presidência suspende a Sessão por cinco minutos a fim de que os Senhores Deputados possam cumprimentar o Senador Su-

plicy.

Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a Sessão.

A Mesa concede a palavra ao Deputado Eduardo Trevisan para saudar o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, queria comunicar a Vossa Excelência que nas galerias desta Casa se encontram os trabalhadores, moradores da Ferrovia. E saibam os Senhores que ainda há pouco fizemos aqui um pronunciamento sobre a situação que os Senhores estão passando.

E hoje, ainda, estamos vindo da COHAB onde encaminharam documento propondo a compra de uma área igual aonde hoje moram, numa disposição clara de negociar.

E apenas para registrar e não saiam daqui frustrados com esta Casa, e saibam que aqui têm recebido os moradores da Ferrovia e do Movimento Comunitário todo apoio desta Casa independente dos Partidos Políticos. E nós conseguimos a palavra da vice-Governadora Emilia Belinati, que nenhum despejo vai ser efetuado.

Então estamos encaminhando as negociações e temos certeza que as lideranças que estão aqui, o povo, este povo sofrido, tenha consciência que aqui, nesta Casa, há muitos que defendem os seus interesses.

Obrigado.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com muita honra que assumo esta tribuna para fazer, em nome da Casa, uma saudação de boas vindas ao Senador Eduardo Suplicy que vem ao Paraná, vem a esta Casa falar em que vem defender projeto semelhante de nossa autoria que tramita por esta Casa, como também projeto semelhante de autoria do Vereador Jorge Samek que tramita na Câmara de Vereadores da Cidade de Curitiba.

O Senador Eduardo Suplicy tem feito peregrinação por vários pontos deste País levando a mensagem do seu Projeto, a importância da sua implantação e falando dos problemas maiores que nós vivemos em nosso País.

No dia de hoje o Senador Suplicy chegou, pela manhã, acompanhado do Deputado Angelo Vanhoni, por mim e pelo Vereador Jorge Samek e fez algumas visitas ao sistema de transporte coletivo da cidade de Curitiba, algumas ruas da cidadania, alguns parques da cidade.

Não houve tempo para visitar tudo que o Senador gostaria. Ele demonstrou inte-

resse em conhecer todos os problemas que a cidade de Curitiba vive. Infelizmente o tempo é curto e ele pretende voltar numa outra oportunidade.

Mas ele está aqui, hoje, perante meus Pares, para esclarecer - uma vez mais - o que é o Programa de Garantia de Renda Mínima.

Nós vivemos num país cujos problemas são do conhecimento de todos: a má distribuição de renda, a miséria, crianças nas ruas sem estarem frequentando as escolas e esses problemas são falados a todos os momentos por nós, aqui, pelos Prefeitos, pelos Governadores, pelo Presidente da República, pela Imprensa por toda a sociedade brasileira. Mas muitas vezes medidas concretas e práticas no sentido de se reverter essa perversa realidade não são tomadas.

Há dias atrás na 5.^a Conferência Ibero-Americana, com a presença dos Presidentes dos países vizinhos, mais uma vez, todos eles concordaram que os graves problemas que os nossos países vivem são a miséria, a má distribuição de renda e a baixa escolaridade da população, ausência das crianças nas escolas.

São problemas cujo conhecimento é democraticamente distribuído por toda a sociedade brasileira. E esse programa de garantia de renda mínima, que o Senador Suplicy vai hoje, mais competente do que eu, explicar aos Deputados e os Deputados terão oportunidade de questioná-lo a respeito da eficácia, da propriedade desse programa, esse programa visa combater exatamente esses problemas que nós temos em maior intensidade. Ele visa realmente combater diretamente essa realidade na qual nós vivemos, em que poucos têm muito e muitos não têm quase nada.

E que pelas esquinas da cidade nós vemos as crianças abandonadas, as crianças passando fome e que é possível toda sociedade unida, a partir do poder governamental, mas com respaldo e apoio da sociedade nós implantarmos políticas que garantam a todas as pessoas o mínimo possível, para que tenham uma vida, não digo nem digna, mas pelo menos um pouco mais feliz.

Esse programa, evidentemente que não vai ser implantado do dia para noite, ele deve ter sua implantação feita paulatinamente e se possível com a soma de esforços de todas as esferas do Poder Municipal, Estadual e Federal e os resultados e as consequências da implantação desse programa não são apenas sociais, mas também econômicas, porque na medida em que a camada mais empobrecida da sociedade tenha o mínimo de recursos para gastar ele vai, gasta no comércio, o comércio compra da indústria, gera-se mais empregos, essas pessoas também vão gastar mais e dessa forma

se cria um círculo vicioso de crescimento e prosperidade, e dessa forma a gente vai poder construir uma sociedade economicamente mais desenvolvida, socialmente mais justa e que todos possam ter uma vida mais feliz.

Senador Suplicy, seja bem-vindo ao Paraná. O Paraná recebe em alegria e esta Casa se sente profundamente honrada e orgulhosa em tê-lo aqui nesta tarde, com a benevolência do nosso Presidente Anibal Khury e a boa receptividade dos nossos colegas Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

É uma honra para mim estar visitando a Assembléia Legislativa do Paraná e sobretudo, agradeço a oportunidade o convite do Deputado Eduardo Trevisan, para aqui expor o Programa de Garantia de Renda Mínima que ele aqui a nível da Assembléia Legislativa, o Vereador Jorge Samek a nível da Câmara Municipal de Curitiba, colocam para debater.

Ainda sábado último, o Prefeito Cheida, de Londrina, sancionou a lei que lá naquela cidade foi objeto da iniciativa de vereadores Francisco Roberto e Alex Canziani do PT e PTB, respectivamente. Trata-se de proposição que não é de qualquer partido, de um Senador, Deputado, Vereador, trata-se hoje de uma proposição que é suprapartidária que esta sendo compreendida como um direito a cidadania, mais e mais em diversos países do mundo se estuda o direito, a renda mínima, se propunha a renda de cidadania como um direito de todas as pessoas, haja visto que na Europa em 1.986 foi criada a rede européia da renda básica para propugnar pelo direito que todas as pessoas têm, em qualquer país de usufruir minimamente dos recursos de uma nação.

Esta proposição foi colocada a duzentos anos atrás por Thomaz Pein, o maior ideólogo da revolução americana e da revolução francesa no ensaio justiça agrária, que justamente tive a oportunidade de colocar em mãos agora do prefeito Rafael Greca. Há alguns lugares do mundo, onde esse direito existe como algo natural e já há bastante tempo.

Gostaria de lhes relatar que em julho último, visitei o Estado do Alaska. Parece um lugar muito distante. De fato é, muito frio quase todo o tempo do ano, muito mais frio que Curitiba, que o Paraná e imaginem os Senhores, se fossem residentes do Alaska no ano de 1.994 ou para trás, o que teria ocorrido. No período de janeiro a mar-

ço, os Senhores poderiam preencher um formulário, dizendo que viveram no Alaska durante 94 ou mais tempo, dizendo por que razão eventualmente viajaram para fora do Alaska. Duas pessoas assinam testemunhando que aquela sua declaração é verdadeira, e quem assim procedeu, na semana passada, recebeu, seja por transferência eletrônica na sua conta bancária ou por cheque no seu endereço, a quantia de 990,30 dólares, por pessoa.

Agora, pergunto aos Senhores e à Senhora Deputada se sabem que os paranaenses contribuíram para que ali no Alaska cada cidadão recebeu, neste ano, 990,30 dólares? Sabem que isso ocorre, que os paranaenses contribuem para que lá no Alaska cada cidadão receba o direito à renda mínima? Como é isto possível? Vejam só: nos anos 60, um prefeito de uma pequena cidade, a cidade de Bristol Bay, uma vila de pescadores, estava observando que havia uma riqueza que saía de lá e pouco ficava para as famílias de pescadores e então ele propôs, como prefeito, que se instituisse um imposto de 3% sobre o valor da pesca e esse imposto viria para ser aplicado numa empresa de investimento, que faria investimentos em benefício de todos os habitantes. Ele teve enorme resistência para que aquela idéia fosse aprovada e depois, 13 anos mais tarde, ele se tornou o governador do Alaska. Chama-se Jay Reymond e quando governador do Alaska, observou que havia sido descoberta uma enorme riqueza em petróleo, mas avaliou que aquela riqueza era não renovável, seria importante se separar uma porção para ficar em benefício de todos e propôs, e a Assembléia Legislativa do Estado do Alaska, vejam que é algo que esta Assembléia poderia pensar, resolveu criar a seguinte emenda à Constituição: pelo menos 25% de toda receita proveniente de royalties da exploração de minérios e isso poderia ser para qualquer riqueza como a do café, a da soja, do trigo, de pipoca, de copos, de microfones, de gravatas - toda riqueza criada, mas ali se pensou nisso, para riqueza de minérios. pelo menos 25% foram aprovados e deveriam ser destinados a um Fundo.

Essa Emenda foi aprovada em referendun popular por 76 mil votos a 38 mil. Na época, o Alaska tinha 300 mil habitantes e aqueles recursos passaram a ser aplicados num Fundo. E como foram realizados os investimentos? Em títulos de renda fixa sobretudo do governo norte-americano, em ações de empresas dos Estados Unidos, em empreendimentos imobiliários e ações de empresas internacionais. O Fundo tinha um bilhão de dólares em 80. 17 bilhões de dólares agora, e partir de 82 foram distribuindo um dividendo que foi de 300, depois, de quatrocentos e pouco, quinhentos

e pouco e neste ano, foi de 990 dólares para cada um dos 542 mil residentes no Alaska que ali moram há mais de um ano. São cerca de 600 mil os que estão no Alaska.

Obviamente os Senhores estão pensando: "Puxa, mas o Alaska não é o Brasil!". Claro, nós temos uma população de 157 quase 160 milhões, uma renda "per capita" na ordem de 3 mil dólares e a renda deles - 600 mil habitantes, é da ordem de 25, 26 mil dólares. Mas é o princípio que está estabelecido, de que é uma aplicação exatamente daquilo que Thomas Pein aplicou há 200 anos em 1795, neste ensaio. Esta é uma idéia tão antiga que Thomas More, autor de Utopia, escreveu num diálogo sobre a pena de morte. Que muito mais eficaz do que a pena de morte para se diminuir os rumos da violência numa sociedade seria assegurar a sobrevivência dessas pessoas. E com base nesse raciocínio um amigo dele propôs, pela primeira vez, que se instituisse um programa de renda mínima que se tornou clássico.

Quando em 1991 apresentei no Senado Federal, um Projeto segundo o qual, toda pessoa de 25 anos ou mais cuja renda não atingisse um patamar hoje equivalente a cerca de duzentos e poucos reais por mês, passaria a ter direito a um imposto de renda negativo, a um complemento de renda da ordem de 30 até 50% da diferença entre aquele patamar e o seu nível de renda, algumas pessoas pensaram: Mas será isso possível? Pois não é que de abril até dezembro, dialogando, conversando com todos os Senadores - um por um - de todos os partidos, eis que em 16 de dezembro de 91 todos os partidos votaram favoravelmente à matéria e o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, então, Senador - Líder do PSDB, usou da palavra para dizer que se tratava, segundo ele, de uma utopia realista com os pés no chão. Tendo o Senado Federal aperfeiçoado e tornado factível o Projeto colocando os pingos nos is e por isso ele votava favoravelmente à matéria. São 4 Senadores ainda com dúvidas e hoje muitos deles não mais as têm, disseram que iriam se abster e declararam abstenção. Nenhum votou contra.

A importância deste Projeto em estar sendo debatido ao nível da Assembléia Legislativa do Paraná, a nível de municípios como: Umuarama, Goioerê, Londrina, Curitiba, Maringá e outros que tenho conhecimento estão debatendo hoje, está tendo uma enorme repercussão para a discussão e amadurecimento do Projeto a nível nacional. O Projeto do Deputado Trevisan assim como do Vereador Samek, assim como o Projeto de Londrina e do Distrito Federal já em vigência, de Campinas já em vigência procura relacionar o direito à renda mínima às

oportunidades de educação. Foi em 1991 quando da discussão deste Projeto com economistas do PT que o Economista Professor da PUC do Rio de Janeiro - José Márcio Camargo propôs que o Projeto fosse para as famílias que tivessem filhos em idade escolar. Com base no seguinte diagnóstico.

Um dos principais problemas do Brasil hoje, é o número enorme de crianças e são mais de 3 milhões de crianças abaixo de 14 anos que estão trabalhando e deixando de frequentar a escola ou então frequentando muito pouco a escola. Por que razão? Porque os seus pais não tendo um mínimo de renda suficiente para a sua sobrevivência, fazem com que os seus filhos cheguem no mercado de trabalho tão cedo, em atividades como a colheita da soja, do amendoim, da laranja, os mais diversos tipos de atividades agrícolas ou vender doce nas esquinas das cidades, outras atividades as mais diversas, quando não atividades marginais.

Então o Programa de Garantia de Renda Mínima, ao relacionar o direito a educação das crianças com direito a cidadania de um mínimo de renda, visa na verdade quebrar o círculo vicioso da pobreza, visa quebrar um dos pontos de estrangulamento porque justamente essas crianças na medida em que cheguem a idade adulta sem ter o mínimo de conhecimento depois têm dificuldades a poder obter trabalho com maior especialização e com uma remuneração condigna.

Assim Senhora e Senhores Deputados para mim é uma honra ter a oportunidade de prestar estas informações, gostaria de colocar-me à disposição de completar qualquer tipo de informação que seja objeto de interesse desta AL, inclusive meu gabinete coloco à disposição, as informações que certamente hoje estão sendo reunidas pelo Deputado Eduardo Trevisan, pelos Deputados do PT que aqui estão também apoiando esta matéria, mas certamente todos os partidos felizmente tem interesse por esta proposição.

Hoje visitei o prefeito Rafael Greca que ao final da conversa disse que se em Curitiba resolver se adotar o Programa de Garantia de Renda Mínima que eu poderia ter a certeza que ele faria do programa em Curitiba a melhor aplicação em todo o Brasil, como um exemplo para todos. Quero também visitar o Palácio Iguazu, parece que infelizmente não terei a oportunidade de encontrar o Governador Jaime Lerner, mas visitarei a vice-Governadora Emilia, se ela puder estar, porque considero importante que, como Senador por São Paulo, vindo a Casa Legislativa, tanto a nível municipal quanto estadual visite também o Chefe do Poder Executivo.

O Sr. Antonio Belinati - V.Exa. me permi-

te um aparte?

(Assentimento).

Queria dizer da alegria de poder receber a sua visita na AL e sábado em Londrina ficou também muito alegre, muito feliz, bem movimentada, com a presença do ilustre Senador Suplicy, onde tivemos o privilégio de administrá-la por dois mandatos como prefeito.

Senador, acho louvável esse projeto de V.Exa., queira Deus que ele prospere em todo o território nacional e especificamente no caso da minha cidade de Londrina, onde V.Exa. num ato de carinho com as lideranças políticas compareceu lá no sábado, confesso Senador que fiquei sem entender quase que a razão da cerimônia de sábado lá, é que ao mesmo tempo em que uma grande parte da cidade estava batendo palmas pelo gesto até de sanção do projeto e em seguida, não sei se já na ausência de V.Exa., mas se travou uma grande polêmica que li, através da imprensa, dizendo seguinte: o prefeito dizendo que estava sancionando o projeto, mas não tinha dinheiro para pagar, a Câmara que pagasse. A Câmara disse nós também não temos como pagar, ali foram para a Secretaria de Ação Social, brilhante Secretária Márcia Lopes, ela igualmente disse olha minha Secretaria não tem condições de pagar esse projeto da renda mínima.

Achei estranho e ouvi um debate na CBN em que o âncora lá dizia: "Bom, na pior das hipóteses, se não há o dinheiro, o projeto não deveria ser sancionado". Então entenda bem, nobre Senador, estou fazendo votos que aquela promessa que alguns candidatos a Presidência da República fizeram, como o Senhor Collor de Mello, de que o salário seria no mínimo, de 400 dólares, que pelo menos, a gente chegue a essa renda mínima de 300 reais como V.Exa. tem propagado e está conseguindo um bom resultado em alguns municípios.

Indago de V.Exa., como é que ficaria, no caso como Londrina, onde o Prefeito está fazendo empréstimo até para pagar o 13º salário, qual a luz que V.Exa. vê no caso da maioria dos municípios brasileiros em dificuldades hoje, para pagar a sua folha de pessoal e para poder atender a esse grande projeto social do ilustre Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Agradeço as observações em questão formulada pelo Deputado Antonio Belinati, do PDT. Extremamente relevante o seu posicionamento. De onde virão os recursos? Afinal de contas, também nós temos que pensar quais são as prioridades. Constitui objetivo fundamental da nação brasileira, a erradicação da pobreza e a melhoria da distribuição da renda e da riqueza, diz o nosso Artigo 3º,

inciso III da Constituição. Entretanto, estamos muito distantes de atingir o nosso objetivo, a ponto de alcançarmos hoje a infeliz situação de campeões mundiais da desigualdade social. Então, se for para dar prioridade à erradicação da miséria, por que não fazê-la da forma mais direta, que seria prover um mínimo de renda às pessoas e adaptar os orçamentos da União, dos estados e dos municípios, nesta direção.

Uma vez aprovado o projeto em Londrina, e Curitiba, no Paraná, em São Paulo, em diversas cidades de São Paulo como Campinas, Sertãozinho, Ribeirão Preto, sancionar um projeto e encontra-se sendo debatido em Piracicaba, São José dos Campos. A cidade de São Paulo aprovou em segunda instância. O Prefeito Paulo Maluf resolveu vetar mas encaminhou um projeto na semana passada, com o nome "sobrevivência", na mesma direção, com valores mais baixos, ou seja, mais e mais são tantos os municípios e estados que deverão apreciar e aprovar a matéria, que está sendo debatida hoje também na Assembleia Legislativa de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, do Rio Grande do Norte e outros estados.

Obviamente poderemos pensar numa coordenação de esforços, a nível federal, estadual e municipal para implementação do projeto com a repartição das responsabilidades em termos de financiamento, bem como de sua administração. O Prefeito Cheida levantou uma questão que é pertinente. Com a Câmara Municipal, deverá o Executivo encontrar a forma de financiamento.

O orçamento é um só, a responsabilidade é de ambos: do Legislativo e do Executivo e então haverá que se pensar ou se tira da receita como um todo ou se encontra uma nova forma de financiamento. Quero lembrar que aquilo que mencionei que existe no Alasca, existe, do ponto de vista do Brasil, também no Brasil. Nós temos Fundos Sociais, haja vista o FGTS, o PIS-PASEP que hoje constitui o Fundo de amparo ao trabalhador, que levanta recursos, no caso do PIS: 0,65 do faturamento das empresas que é destinado: parte vai para pagar o seguro desemprego, e parte para despesas ora de saúde ora de outros aspectos do orçamento de maneira a prover créditos normalmente a taxas de juros menores para empresas que criam empregos, desenvolvimento.

Será essa a melhor forma ou será a forma de se garantir um mínimo de renda para todas as pessoas que, por sua vez, resultaria num efeito de estímulo à economia sobretudo para os segmentos de produção de bens de primeira necessidade conforme estudos demonstram e com efeitos muito significativos, positivos sobre o

nível de emprego, o nível de arrecadação e possibilidade da economia crescer de forma muito mais saudável do que até hoje.

Sr. Presidente, quero então agradecer a honra de aqui transmitir estas palavras à Assembleia Legislativa do Paraná, colocando-se à disposição no Senado Federal para quaisquer informações adicionais que os Senhores queiram obter.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência agradece a presença do Senador Eduardo Suplicy, as suas palavras e quer deixar Sua Excelência à vontade pois parece que tem outros compromissos.

Segue-se a Ordem do Dia.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/95, autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre a criação de Centrais de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos e dá outras Providências. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (D.A. nº 124 de 27.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 377/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, tem por objeto, a criação de Centrais de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos e dá outras providências.

Trata-se de proposta de elevado mérito; e apesar de acarretar ônus ao erário público, esta Comissão de Constituição e Justiça, vota favoravelmente, tendo em vista seu caráter meramente autorizatório.

Diante do exposto, somos pelo parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 18.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Aprovado. O Projeto irá à Comissão de Saúde.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 377/95. Retirado pelo autor.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/95, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores São Pedro e São Paulo - AMOSP, e dá outras providências com sede e foro na cidade de Campo Largo. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 124, de 27.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 378/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, o Projeto de Lei n° 378/95, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores São Pedro e São Paulo - AMOSP, e dá outras providências, com sede e foro na cidade de Campo Largo.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 383/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do artigo 1°, da Lei n° 9.350, de 16 de agosto de 1990, (Criação do Município de Carambeí). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 128, de 03.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 383/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Anibal Khury, altera a redação do artigo 1° da Lei n° 9.350, de 16 de agosto de 1990, (Criação do Município de Carambeí).

Sendo que o presente projeto de lei é motivado no intuito apenas de corrigir o memorial descritivo da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis, nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sobre a mesa, Requerimento n° 3137, de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa designa três Senhores Deputados, sob a coordenação do Deputado Jocelito Canto, que deverão atender os motivos do Requerimento.

O SR. NELSON JUSTUS (Pela Ordem) - Queria aproveitar a oportunidade para convidar os Parlamentares desta Casa para um encontro, amanhã, às 10 horas no Plenário, onde assessores da Comissão de Orçamento, irão orientar e auxiliar os nossos Parlamentares na formalização das emendas

Vão nosso Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento n° 3124, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3116, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3117, 3118, 3119 e 3120, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3121, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3122, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3125, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 3129 e 3130, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3134 e 3135, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3128, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3136, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária, para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado anteriormente.

Marca ainda, uma sessão ordinária para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 145, 378 e 383/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 256 e 407/91, 361 e 363/95, e do Projeto de Resolução n° 034/95.

Levanta-se a sessão.